

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 076/2024 – PMBC

COMPRASGOV Nº 90093/2024

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTITUIÇÃO DE APÓLICES DE SEGURO TOTAL, CONTRA TERCEIROS E R.C.O (SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL OBRIGATÓRIO DETER) PARA OS VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL.

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO

TIPO: MENOR PREÇO

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE

DATA DA ABERTURA E JULGAMENTO: Dia 21 (vinte e um) de outubro de 2024.

HORÁRIO DA SESSÃO: 13h30min

VALOR MÁXIMO ADMITIDO: R\$ 595.096,05.

PREGOEIRO DESIGNADO: TATIANI KOCHINSKI

O edital e seus anexos estão disponíveis no site <https://www.bc.sc.gov.br>, na aba **LICITAÇÕES**.

Informações adicionais podem ser obtidas junto à Secretaria de Compras, no térreo da Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú, sito à Rua Dinamarca, nº 320, Bairro das Nações, endereço no qual os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, ou preferencialmente, por meio do **Protocolo Eletrônico**, disponível no site do Município.

Balneário Camboriú, 02 de outubro de 2024.

SAMARONI BENEDET
Secretário de Compras

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 076/2024 - PMBC COMPRASGOV Nº 90093/2024

O **MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ**, por intermédio da Secretaria de Compras, torna público a realização de licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, pelo critério de julgamento de **MENOR PREÇO POR LOTE**, pelo modo de disputa **ABERTO**, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislações aplicáveis, visando a **Contratação de empresa especializada na constituição de Apólices para SEGURO TOTAL, CONTRA TERCEIROS e RCO (OBRIGAÇÃO DETER) para os veículos automotores, motocicletas, máquinas e demais, pertencentes à frota oficial da Administração Direta, Indireta, Autárquica e Fundacional, conforme condições dispostas no Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência.**

Data da sessão eletrônica: Dia 21 (vinte e um) de outubro de 2024. Horário: 13h30min.

Local: Portal de Compras do Governo Federal - www.gov.br/compras Código UASG: 988039

Pregoeiro Designado: Tatiani Kochinski

Maiores informações: no endereço fixado no rodapé, pelo telefone (47) 3267-7191 - Secretaria de Compras, ou site: www.bc.sc.gov.br.

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada na constituição de Apólices para SEGURO TOTAL, CONTRA TERCEIROS e RCO (OBRIGAÇÃO DETER) para os veículos automotores, motocicletas, máquinas e demais, pertencentes à frota oficial da Administração Direta, Indireta, Autárquica e Fundacional, conforme condições dispostas no Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência.

1.2. Os serviços deverão atender aos padrões mínimos de qualidade e segurança exigidos no objeto, em conformidade com a legislação específica aplicável e o Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990), sendo que os serviços considerados inadequados ou que não atenderem às exigibilidades, não serão aceitos e o pagamento de toda a parcela ficará suspenso, até sua regularização de forma integral.

1.3. Entende-se por serviço inadequado, aquele que apresentar-se com inferior qualidade, fora das determinações legais, em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência, diferentes do exigido e ofertado.

1.4. Quaisquer divergências existentes entre a descrição do objeto deste Edital e o descritivo do objeto disposto no site www.gov.br/compras, prevalecerá a descrição deste Edital.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. O Pregão Eletrônico será realizado pela Secretaria de Compras da Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú com apoio técnico e operacional da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que atuará como provedor do sistema eletrônico.

2.2. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras) - telefone: 0800 978 9001.

2.3. É dever do licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

2.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelo uso da senha de acesso e pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no subitem anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.6. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.7. A simples participação na licitação importa total, irrestrita e irrevogável submissão dos proponentes às condições deste Edital.

2.8. Não poderão disputar esta licitação:

- I. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- II. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação;
- III. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado;
- IV. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- V. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- VI. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404/76, concorrendo entre si;
- VII. Sociedade cooperativa que demande relação de subordinação entre a cooperativa e os

cooperados;

- VIII.** Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;
- IX.** Organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIP, atuando nessa condição;
- X.** Empresas que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativamente ou judicialmente.
- XI.** Empresa sob falência ou recuperação judicial e/ou extrajudicial, que não apresente, durante a fase de habilitação, plano de recuperação já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, sem prejuízo do atendimento a todos os requisitos de habilitação econômico-financeiro estabelecidos neste edital.
- XII.** Agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei Federal nº 14.133/2021;
- XIII.** Terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA PROPOSTA DE PREÇO

3.1. O licitante deverá encaminhar, exclusivamente por meio do sistema eletrônico (enviar anexo), a proposta de preço, conforme modelo em anexo do Edital.

- I.** A fase de lances será disputada pelo valor total de cada lote da licitação;
- II.** A proposta de preço a ser anexada ao comprasgov deverá conter a indicação do item, descritivo, quantidade, valor unitário, total, franquia, coberturas, prêmios. (Vide modelo de proposta indicado no Anexo II do Edital).

3.2. A proposta apresentada será irretratável e irrenunciável, não poderá ser alterada, seja com relação a prazo e especificações, seja com relação a qualquer condição que importe modificação dos seus termos originais, bem como, não serão admitidos quaisquer acréscimos, supressões, retificações ou desistência de propostas, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro para revelação de erros ou omissões formais, de que não resultem prejuízo para o entendimento das propostas.

3.3. Cada licitante poderá apresentar apenas uma proposta de preço.

3.4. Para participação do certame, o licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema que:

- I.** Está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos

no instrumento convocatório;

- II. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição;
- III. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- IV. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.5. O licitante enquadrado como Microempresa, Empresa de Pequeno Porte, deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos § 1º ao § 3º do art. 4º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.6. A falsidade das declarações de que tratam os subitens 3.4 ou 3.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, e neste Edital.

3.7. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

3.8. A apresentação da proposta implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nela contida, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como, de promover, quando requerido, sua substituição.

3.9. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

- I. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;
- II. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.10. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço.

3.11. O prazo de validade das propostas não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias, contados da negociação com o pregoeiro (proposta atualizada).

3.12. A entrega das apólices deverá ser realizada no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da assinatura do contrato e recebimento da Autorização de Fornecimento.

4. DA ABERTURA DA SESSÃO E FASE DE LANCES

- 4.1.** A abertura da sessão pública deste Pregão ocorrerá por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicadas no preâmbulo.
- 4.2.** Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e o licitante ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.
- 4.3. O lance deverá ser ofertado pelo valor total de cada lote.**
- 4.4.** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 4.5.** O intervalo mínimo de diferença entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 1% (um por cento).
- 4.6.** O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 4.7.** O licitante apresentará lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 4.8.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.
- 4.9.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 4.10.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 4.11.** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 4.12.** Após o reinício previsto no subitem supra, o licitante será convocado para apresentar lances intermediários.
- 4.13.** Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 4.14.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 4.15.** Durante o transcurso da sessão pública, o licitante será informado, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 4.16.** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema

eletrônico poderá permanecer acessível ao licitante para a recepção dos lances.

4.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

4.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

4.19. Em caso de empate entre duas ou mais propostas (não seguidas de lances), haverá uma disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação.

4.19.1. Persistindo o empate, serão utilizados os critérios de desempate estabelecidos no art. 60 da Lei nº 14.133/21.

4.20. Em relação a participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, uma vez encerrada a etapa de lances do lote, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 8.981/2018.

4.20.1. Nessas condições, as propostas de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada;

4.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto;

4.20.3. Caso a Microempresas e Empresas de Pequeno Porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, será convocado os demais licitantes Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior;

4.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5. DA FASE DE JULGAMENTO

5.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2 do Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

I. SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores, mantido pelo Ministério do

Planejamento <https://www3.comprasnet.gov.br/sicaf-web/private/index.jsf>;

- II. CEIS - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas, mantido pela Controladoria-Geral da União <https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>;
- III. CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas, mantido pela Controladoria-Geral da União <https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>;
- IV. CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, mantido pelo Conselho nacional de Justiça <https://www.cnj.jus.br/programas-e-acoas/combate-a-corrupcao-enccla/cadastro-nacional-de-condenados-por-crimes-de-improbidade-administrativa/>;
- V. TCU - Cadastro de Licitantes Inidôneos, mantido pelo Tribunal de Contas da União <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:INIDONEOS>.

5.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o art. 12 da Lei Federal nº 8.429/1992.

5.3. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, o Pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 3.5 deste Edital.

5.4. A obtenção do benefício a que se refere o subitem anterior fica limitada às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que, no ano-calendário de realização da licitação, que ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

5.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

5.6. A Administração poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado, conforme art. 61 da Lei 14.133/2021.

5.7. Será solicitado ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, por meio de transferência eletrônica de arquivo (upload) ao sistema, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada dos documentos complementares:

- I. Declaração de não Parentesco;**
- II. Termo de Anuência;**
- III. Proposta atualizada constando o descritivo dos itens, quantidade, valores unitários, total por lote, franquia, coberturas, prêmios.**

5.8. O licitante que convocado, deixar de enviar a documentação acima exigida será desclassificado e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.

5.9. O Pregoeiro, objetivando os princípios da eficiência, razoabilidade e celeridade, poderá exigir que

a proposta atualizada seja encaminhada, via sistema, em conjunto com os documentos de habilitação, caso estes não estejam disponíveis no SICAF ou Comprasgov.

5.10. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- I.** Contiver vícios insanáveis;
- II.** Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- III.** Apresentar preços inexequíveis ou quando exigido pela Administração, não tiverem sua exequibilidade demonstrada; ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

5.11. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração, conforme IN SEGES/ME 73/2022.

5.12. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o subitem anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

- I.** Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta;
- II.** Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

5.13. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

5.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6. DA FASE DE HABILITAÇÃO

6.1. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do Sicaf, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constante do sistema, através da Declaração SICAF.

6.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

6.3. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

6.4. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo máximo de 2 (duas) horas, podendo ser prorrogado mediante decisão do Pregoeiro.

6.5. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

6.6. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, nos termos do art. 64 da Lei Federal nº 14.133/2021, para:

- I.** Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelo licitante e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;
- II.** Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

6.7. Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

6.8. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital.

6.9. As Microempresas e as Empresas de Pequeno Porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição, para efeito de sua regularização posterior, conforme art. 22 do Decreto Municipal 8.981/2018.

6.10. Habilitação jurídica:

- I.** Registro comercial, no caso de empresa individual; ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e consolidado, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício; decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

6.11. Regularidade fiscal, social e trabalhista:

- I.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).
- II.** Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal da sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- III.** Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- IV.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

6.12. Qualificação econômico-financeira:

- I.** Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias, quando não constar expressamente no documento o seu prazo de validade;

- a) **Será aceita a empresa em recuperação judicial, desde que comprovado, no momento da entrega da documentação exigida, que o plano de recuperação está aprovado (homologado) pelo Juízo competente.**

6.13. Qualificação Técnica:

- I. Apresentar comprovação de aptidão para o desempenho da atividade objeto da presente contratação por meio de atestado(s) de capacidade técnico-operacional emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, o(s) qual(is) comprove(m) que a empresa possui experiência na constituição de apólices de seguros.**

- II. A licitante deverá apresentar registro e estar regular na Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.**

6.14. Para os documentos de regularidade fiscal que não apresentarem prazo de validade considerar-se-á 90 (noventa) dias a partir da data de emissão.

6.15. A documentação de habilitação deverá ser apresentada em nome da licitante que será responsável pela execução do objeto e faturamento, com o mesmo número do CNPJ. Serão aceitos documentos com a mesma razão social, porém CNPJ e endereço diverso quando tiverem validade para todas as filiais e matriz.

6.16. Os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa, efetuada por tradutor juramentado e devidamente consularizados ou registrados no cartório de títulos e documentos.

6.17. Os documentos de habilitação relacionados acima deverão estar válidos e em vigor na data da sessão de abertura.

6.18. Os documentos exigidos neste Edital poderão não ser aceitos, quando apresentados mediante cópias ilegíveis ou com datas rasuradas, sendo que ao licitador, reserva-se o direito de solicitar o original de qualquer documento, sempre que tiver dúvida e julgar necessário fazer a devida diligência, nos termos da lei, facultando ainda, tomar as medidas necessárias, no caso de fraude ou má fé.

6.19. Os documentos remetidos por meio da opção “Enviar Anexo” do Sistema Comprasgov poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada a qualquer momento, em prazo a ser estabelecido pelo Pregoeiro.

6.20. Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados a Secretaria de Compras, situada na Rua Dinamarca, 320 – Paço Municipal – CEP: 88338-900.

7. DOS RECURSOS

7.1. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

7.2. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento dos documentos apresentados pelo licitante:

- I. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;**

- II.** O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
- III.** O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

7.2.1. A ausência de manifestação imediata do licitante quanto à intenção de recorrer, no tempo estimado indicado durante a sessão pública, importará na decadência desse direito, hipótese em que não será admissível qualquer requerimento protocolizado a posteriori.

7.3. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

7.4. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

7.4.1. Nos casos que necessitem de parecer técnico ou jurídico, os prazos suprarreferidos poderão ser majorados.

7.5. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

7.6. Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de até três dias úteis, em campo próprio do sistema, contado da data final do prazo do recorrente, assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses, em campo próprio do sistema.

7.7. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

7.8. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú.

8. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

8.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame.

8.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

- I.** Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- II.** Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- III.** Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
- IV.** Deixar de apresentar amostra;
- V.** Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do Edital;

VI. Deixar de apresentar documentação exigida.

8.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.

8.1.4. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração (Autorização de Fornecimento).

8.1.5. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração ou informações falsas durante a licitação.

8.1.6. Fraudar a licitação.

8.1.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

- I.** Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- II.** Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- III.** Apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

8.1.8. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

8.1.9. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/2013.

8.2. Com fulcro na Lei Federal nº 14.133/2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao licitante e/ou adjudicatário as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- I.** Advertência;
- II.** Multa;
- III.** Impedimento de licitar e contratar;
- IV.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

8.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- I.** A natureza e a gravidade da infração cometida;
- II.** As peculiaridades do caso concreto;
- III.** As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV.** Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor do contrato / Autorização de Fornecimento licitada.

8.5. Para as infrações previstas nos subitens 8.1.1, 8.1.2 e 8.1.3, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do contrato / Autorização de Fornecimento licitada.

8.6. Para as infrações previstas nos subitens 8.1.5, 8.1.6, 8.1.7, 8.1.8 e 8.1.9, a multa será de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato / Autorização de Fornecimento licitada.

8.7. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

8.8. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.9. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos subitens 8.1.1, 8.1.2 e 8.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, qual seja, Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

8.10. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos subitens 8.1.5, 8.1.6, 8.1.7, 8.1.8 e 8.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos subitens 8.1.1, 8.1.2 e 8.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no § 5º do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.11. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente (Autorização de Fornecimento) no prazo estabelecido pela Administração, descrita no subitem 8.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

8.12. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

8.13. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.14. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

8.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.16. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

9. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

9.1. Decairá do direito de pedir esclarecimento ou de impugnar os termos do edital, qualquer pessoa que não protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

9.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

9.2.1. Nos casos que necessitem de parecer técnico ou jurídico, o prazo de que trata o subitem 9.2 poderá ser majorado.

9.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser protocolizados, de forma eletrônica, no site da Prefeitura, por meio do link PROTOCOLO <https://bc.1doc.com.br/b.php?pg=wp/wp&itd=8>), em que o licitante deverá:

- I.** Selecionar a opção “Pedido de Esclarecimento” ou “Impugnação de Edital de Licitação”, fazendo constar a modalidade e o número da licitação, o objeto e seu conteúdo, sob pena de não reconhecimento.
- II.** Informar a modalidade, o número da licitação e identificar o dispositivo do edital que pretende impugnar ou esclarecer no campo “Descrição”.

9.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

9.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

9.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

9.7. Não logrará êxito o licitante que, tendo apresentado proposta de preço sem objeção aos termos do edital, venha a apontar, depois da abertura da sessão pública, falhas ou irregularidades que o viciariam, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. Entregar o objeto do contrato /Autorização de Fornecimento sem qualquer ônus para o CONTRATANTE, estando incluído no valor do pagamento todas e quaisquer despesas, tais como tributos, frete, seguro e descarregamento das mercadorias.

10.2. Garantir a entrega do material no local, pelo prazo, de acordo com as especificações e quantidades estabelecidas no Edital e seus anexos, sendo vedada a subcontratação total ou parcial, sem anuência do município.

10.3. Dar maior agilidade possível para a entrega do bem para que a CONTRATANTE não fique com suas atividades paralisadas.

10.4. Manter em estoque um mínimo de bens necessários à execução do objeto do contrato / Autorização de Fornecimento.

10.5. Responsabilizar-se por qualquer dano ou prejuízo decorrentes da execução deste contrato / Autorização de Fornecimento, causados à CONTRATANTE e terceiros, seja por culpa ou dolo, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela contratante.

10.6. Não serão aceitos em qualquer hipótese produtos adulterados ou fora das qualidades exigidas em lei.

10.7. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, no todo ou em parte e às suas expensas, bens objeto do contrato / Autorização de Fornecimento, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de execução irregular ou desconformes com as especificações.

10.8. Indenizar todo e qualquer dano e prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou serem causados por seus colaboradores à CONTRATANTE ou terceiros.

10.9. Dar ciência imediata e por escrito à CONTRATANTE sobre qualquer anormalidade que possa afetar a execução do serviço ou entrega do bem.

10.10. Atender prontamente qualquer reclamação, exigência ou observação realizada pela CONTRATANTE.

10.11. Assegurar garantia dos serviços prestados e/ou materiais fornecidos, a partir da execução da atividade ou entrega do bem.

10.12. Manter sempre atualizados os seus dados cadastrais, incluindo a alteração da constituição social ou do estatuto, conforme o caso, inclusive em caso de modificação do endereço eletrônico.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. Constituem obrigações do CONTRATANTE, dentre outras inerentes ou decorrentes desta contratação:

- I.** Fornecer à CONTRATADA, todos os dados e elementos que não constam no termo de referência, necessários à perfeita execução dos serviços;
- II.** Liquidar os documentos de cobrança, conforme disposto no Edital;
- III.** Publicar o aviso desta licitação na forma da lei;
- IV.** Dar apreciação e aprovação, caso proceda, do relatório de execução do objeto;

- V. Acompanhar, fiscalizar e avaliar a execução do objeto, solicitando à CONTRATADA todas as providências necessárias ao bom andamento dos serviços;
- VI. Notificar a CONTRATADA, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.

11.2. Compete ao CONTRATANTE nomear 1 (um) gestor e no mínimo 1 (um) fiscal para acompanhar e a fiscalizar o contrato / Autorização de Fornecimento, em conformidade com suas competências e demais disposições legais.

12. DO PAGAMENTO

12.1. O pagamento será realizado em até 10 (dez) dias, contados do recebimento da apólice e nota fiscal, atestada pelo fiscal do contrato.

12.2. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, haverá a incidência uma única vez, até o efetivo pagamento, dos índices oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = N \times VP \times I$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

TX = Índices oficiais aplicáveis à caderneta de poupança; I = Índice de compensação financeira, assim apurado:

$$I = (TX/100) 365$$

12.3. O Município de Balneário Camboriú, em cumprimento ao Tema de Repercussão Geral nº 1.130 do Supremo Tribunal Federal (STF), irá ampliar as hipóteses de retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) incidentes no pagamento de mercadorias e serviços, de acordo com o disposto na Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Justifica-se a utilização de códigos genéricos/similares do Catálogo de Materiais e Serviços (CATMAT/CATSER) do SIASG, em razão do sistema Compras.gov.br, não possuir as especificações do objeto desta licitação tal qual como foram descritos pela equipe técnica. Nesse sentido, quaisquer divergências existentes entre a descrição do objeto deste Edital e o descritivo do objeto disposto no site www.gov.br/compras, prevalecerá a descrição deste Edital.

13.2. Justifica-se a não aplicabilidade do Decreto 8981/2018 do Município de Balneário Camboriú, pois não foi identificado no momento da construção do quadro referencial de preços, o mínimo de três fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente e ainda, devido ao complexo do objeto a ser contratado, conforme inc. I e II art. 23, do disposto acima.

13.3. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico www.gov.br/compras.

13.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

13.5. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília/DF.

13.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.7. O licitante assume todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.11. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.bc.sc.gov.br.

13.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

Anexo I - Relação de itens do objeto;

Anexo II - Modelo de proposta financeira;

Anexo III - Modelo de declaração de parentesco;

Anexo IV - Modelo do termo de anuência para citação e intimação por meio eletrônico;

Anexo V - Minuta do Contrato.

Anexo VI - Estudo Técnico Preliminar, disponível no link: <https://www.bc.sc.gov.br/licitacoes.cfm>

Anexo VII - Termo de referência e Planilhas, disponível no link: <https://www.bc.sc.gov.br/licitacoes.cfm>.

14. DO FORO

14.1. Para dirimir as questões oriundas deste Edital e da futura Autorização de Compras, será competente o Foro da Cidade de Balneário Camboriú/SC, com renúncia aos demais.

Balneário Camboriú, 02 de outubro de 2024.

SAMARONI BENEDET
Secretário de Compras

ANEXO I - RELAÇÃO DE ITENS/LOTES DO OBJETO DO EDITAL

Lote	Item	Material/Serviço	Unid. medida	Qtde licitada	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	1	135432 - CAMINHÃO HIDROJATO 1313 , PLACA MAJ-0265, ANO/MODELO 1983/1983, RENAVAL 548236569	APOL	1	3.665,62	3.665,62
1	2	135429 - CAMINHÃO HIDROJATO 16.220 , PLACA LZZ-5742, ANO/MODELO 1998/1998, RENAVAL 697119840	APOL	1	3.698,95	3.698,95
1	3	135441 - CAMINHÃO BASCULANTE - 17-210, PLACA MFK-3800, ANO/MODELO 2001/2002, RENAVAL 778901114	APOL	1	3.704,70	3.704,70
1	4	135434 - CAMINHÃO BASCULANTE - 7.110 , PLACA MBZ-5614, ANO/MODELO 2003/2003, RENAVAL 807412090	APOL	1	3.657,12	3.657,12
1	5	135435 - CAMINHÃO BASCULANTE - 7.110 , PLACA MBZ-5664, ANO/MODELO 2003/2003, RENAVAL 807414786	APOL	1	3.657,12	3.657,12
1	6	135438 - CAMINHÃO BASCULANTE - 8-120 WORKER, PLACA MDN-5266, ANO/MODELO 2006/2006, RENAVAL 892476419	APOL	1	3.691,69	3.691,69
1	7	135440 - CAMINHÃO BASCULANTE - 8-120 WORKER, PLACA MDN-5376, ANO/MODELO 2006/2007, RENAVAL 892478420	APOL	1	3.691,69	3.691,69
1	8	135439 - CAMINHÃO BASCULANTE - 8-120 WORKER, PLACA MDN-5326, ANO/MODELO 2006/2006, RENAVAL 892477563	APOL	1	3.691,69	3.691,69
1	9	135454 - CAMINHÃO BASCULANTE - VOLVO VM 260, PLACA MHP-7445, ANO/MODELO 2009/2010, RENAVAL 165011483	APOL	1	3.821,24	3.821,24
1	10	135455 - CAMINHÃO BASCULANTE - VOLVO VM 260, PLACA MHP-8305, ANO/MODELO 2009/2010, RENAVAL 165009470	APOL	1	3.821,24	3.821,24
1	11	135443 - CAMINHÃO BASCULANTE - VOLVO VM 260, PLACA MHD 5895, ANO/MODELO 2009/2009, RENAVAL 159225051	APOL	1	3.801,62	3.801,62
1	12	135442 - CAMINHÃO TANQUE - VOLVO VM 260, PLACA MGR-5687, ANO/MODELO 2009/2010, RENAVAL 181150867	APOL	1	3.821,24	3.821,24
1	13	135453 - CAMINHÃO TANQUE - VOLVO VM 260, PLACA MHL-9219, ANO/MODELO 2009/2010, RENAVAL 191442208	APOL	1	3.821,24	3.821,24
1	14	112099 - CAMINHÃO C/ ABERTA - FORD CARGO 816S - NP: 1434 - QHE-6121 CAMINHÃO C/ ABERTA - FORD CARGO 816S	APOL	1	3.856,73	3.856,73
1	15	121831 - HONDA NXR 150 BROS KS, 2011/2011, PLACA MIK 4553, NP 1113 HONDA NXR 150 BROS KS, 2011/2011, PLACA MIK 4553, NP 1113	APOL	1	1.894,03	1.894,03
1	16	168695 - VW/GOL 1.6 GIV - ANO: 11/12 - MJR4698 VW/GOL 1.6 GIV	APOL	1	2.001,28	2.001,28
1	17	135270 - VEICULO XTZ 250 TENERE, PLACA MLR-3497, ANO/MODELO 2014/2014, RENAVAL 1285140661	APOL	1	1.370,80	1.370,80
1	18	135342 - MOTOCICLETA XTZ 250 TENERE, PLACA QIE-1580, ANO/MODELO 2016/2017, RENAVAL 1107114907	APOL	1	1.376,48	1.376,48
1	19	135322 - VEÍCULO VOYAGE 1.6 COMFORTIL, PLACA MKA 9354, ANO/MODELO 2012/2013, RENAVAL 475010540	APOL	1	2.012,29	2.012,29
1	20	135364 - VEICULO ECOSPORT, PLACA QHY-4429, ANO/MODELO 2016/2017, RENAVAL 1104922174	APOL	1	2.227,82	2.227,82
1	21	112105 - YAMAHA / YS150 FAZER SED - ANO: 15/15 - NP:1505 - QHH-3506 YAMAHA / YS150 FAZER SED -NP:1505	APOL	1	1.372,66	1.372,66
1	22	135361 - VEICULO ECOSPORT, PLACA QHX-8649, ANO/MODELO 2016/2017, RENAVAL 1104792785	APOL	1	2.227,82	2.227,82
1	23	135327 - VEICULO DOBLO ATTRACTIV 1.4, PLACA MKH-2386, ANO/MODELO 2014/2014, RENAVAL 1014109547	APOL	1	2.403,04	2.403,04
1	24	168031 - VEÍCULO FIAT STRADA VOLCANO 13AT, PLACA RYX1C58, ANO 2023/ MODELO 2024, RENAVAL 1376570677	APOL	1	2.463,48	2.463,48
1	25	135507 - MOTOCICLETA NXR 150 BROS KS, PLACA MGL-	APOL	1	1.157,25	1.157,25

Assinado por 1 pessoa: SAMARONI BENEDET
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://bc.1doc.com.br/verificacao/2CAE-6618-AE41-AED3> e informe o código 2CAE-6618-AE41-AED3

		0376, ANO/MODELO 2009/2009, RENAVAL 167822861				
1	26	135508 - MOTOCICLETA NXR 150 BROS KS, PLACA MGL-0686, ANO/MODELO 2009/2009, RENAVAL 167829734	APOL	1	1.157,25	1.157,25
1	27	135339 - MOTOCICLETA XTZ 250 TENERE, PLACA QID-9140, ANO/MODELO 2016/2017, RENAVAL 1107115342	APOL	1	1.376,48	1.376,48
1	28	153332 - HB20 S COMFORT PLUS 1.6, PLACA QJL-2162, ANO/MODELO 2018/2018, PAT 1802, RENAVAL 1148030910.	APOL	1	2.066,84	2.066,84
1	29	153327 - HB20 S COMFORT PLUS 1.6 PLACA QJM-0932 - ANO/MODELO 2018/2018 - PAT 1802, RENAVAL 1148211966	APOL	1	2.066,84	2.066,84
1	30	135521 - MOTOCICLETA CG 125 TITAN KS, PLACA MBS-8564, ANO/MODELO 2003/2003, RENAVAL 805679499	APOL	1	1.149,14	1.149,14
1	31	122199 - FOCUS SEDAN 2.0 16V 4P, 2005/2006, PLACA MEH 2829, NP 504	APOL	1	1.943,56	1.943,56
1	32	135476 - VEÍCULO GOL 1.0 GIV, PLACA MGR-6895, ANO/MODELO 2009/2010, RENAVAL 155126180	APOL	1	1.980,53	1.980,53
1	33	135516 - MOTOCICLETA XTZ 125-E , PLACA MHA-9387, ANO/MODELO 2010/2010, RENAVAL 225129361	APOL	1	1.363,67	1.363,67
1	34	135514 - MOTOCICLETA XTZ 125-E , PLACA MJL-7451, ANO/MODELO 2011/2012, RENAVAL 450559629	APOL	1	1.367,17	1.367,17
1	35	135266 - VEICULO XTZ 250 TENERE, PLACA MKC-3495, ANO/MODELO 2012/2012, RENAVAL 482381515	APOL	1	1.367,17	1.367,17
1	36	135533 - VEÍCULO DOBLO ATTRACTIV 1.4, PLACA MKQ-7031, ANO/MODELO 2012/2013, RENAVAL 505743540	APOL	1	2.386,05	2.386,05
1	37	135478 - VEÍCULO GOL 1.0 GIV, PLACA MLP-6185, ANO/MODELO 2013/2014, RENAVAL 574389857	APOL	1	2.023,76	2.023,76
1	38	135537 - VEÍCULO PALIO WK ATTRAC 1.4, PLACA MLW-7708, ANO/MODELO 2013/2014, RENAVAL 597476861	APOL	1	2.043,25	2.043,25
1	39	135536 - VEÍCULO UNO VIVACE 1.0, PLACA MLN-7662, ANO/MODELO 2014/2014, RENAVAL 1000723876	APOL	1	2.043,25	2.043,25
1	40	135267 - VEICULO XTZ 250 TENERE, PLACA MLR-1047, ANO/MODELO 2014/2014, RENAVAL 1285143504	APOL	1	1.370,80	1.370,80
1	41	135274 - VEICULO XTZ 250 TENERE, PLACA MLR-3747, ANO/MODELO 2014/2014, RENAVAL 1285144306	APOL	1	1.370,80	1.370,80
1	42	135278 - VEICULO XTZ 250 TENERE, PLACA MLR-6497, ANO/MODELO 2014/2014, RENAVAL 1285147925	APOL	1	1.370,80	1.370,80
1	43	135538 - VEÍCULO SANDERO EXPR 1.0 RENAULT, PLACA QIF-5642, ANO/MODELO 2016/2016, RENAVAL 1082768151	APOL	1	2.048,16	2.048,16
1	44	135539 - VEÍCULO SANDERO EXPR 1.0 RENAULT, PLACA QIF-5682, ANO/MODELO 2016/2016, RENAVAL 1082745860	APOL	1	2.048,16	2.048,16
1	45	135540 - VEÍCULO SANDERO EXPR 1.0 RENAULT, PLACA QIF-5742, ANO/MODELO 2016/2016, RENAVAL 1082769395	APOL	1	2.048,16	2.048,16
1	46	135542 - VEÍCULO SPIN 1.8 AT LTZ, PLACA QIK-3296, ANO/MODELO 2016/2016, RENAVAL 1092555789	APOL	1	2.370,79	2.370,79
1	47	135363 - VEICULO ECOSPORT, PLACA QHY-4379, ANO/MODELO 2016/2017, RENAVAL 1104921542	APOL	1	2.227,82	2.227,82
1	48	135341 - MOTOCICLETA XTZ 250 TENERE, PLACA QIE-1470, ANO/MODELO 2016/2017, RENAVAL 1107114443	APOL	1	1.376,48	1.376,48
1	49	135541 - VEÍCULO SPIN 1.8 AT LTZ, PLACA QIJ-7361, ANO/MODELO 2017/2017, RENAVAL 1109214780	APOL	1	2.390,41	2.390,41
1	50	135544 - VEÍCULO CHERY / QQ 1.0 LOOK, PLACA QIU-1941, ANO/MODELO 2017/2018, RENAVAL 1141159330	APOL	1	2.066,84	2.066,84
1	51	135543 - VEÍCULO FORD/KA SE 1.5 SD B, PLACA QIT-2755, ANO/MODELO 2018/2018, RENAVAL 1153876547	APOL	1	2.066,84	2.066,84
1	52	153330 - CITROEN Aircross START MT, PLACA PBN-8193, ANO MODELO 2018/2019, PAT 1807, RENAVAL 113813451	APOL	1	1.991,99	1.991,99
1	53	168176 - FIAT SIENA 1.0 ATTRACT, PLACA RAB1616, ANO/MODELO 2019/2019, RENAVAL 1203720839	APOL	1	2.011,48	2.011,48
1	54	153329 - JEEP RENEGADE AUTOM, PLACA RDY-1F46, ANO MODELO 2020/2020, PAT2020, RENAVAL 1235223423	APOL	1	2.375,42	2.375,42
1	55	168177 - FORD/KA SE, PLACA RLA-6J48, PAT 2022, ANO MODELO 2020/2021, RENAVAL 1244159716	APOL	1	2.003,86	2.003,86
1	56	150047 - FIAT / SIENA 1.4 - PLACA REI 1G09, ANO/MOD 20/21, RENAVAL - 1247734061	APOL	1	2.023,36	2.023,36

Assinado por 1 pessoa: SAMARONI BENEDET
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://bc.1doc.com.br/verificacao/2CAE-6618-AE41-AED3> e informe o código 2CAE-6618-AE41-AED3

1	57	168178 - FIAT / SIENA 1.4 – PLACA REI 1G10, ANO/MOD 20/21, RENAVAM – 1247734827	APOL	1	2.023,36	2.023,36
1	58	168179 - FIAT SIENA 1.4, PLACA REI1G11, ANO/MODELO 2020/2021, RENAVAM 1247735343	APOL	1	2.023,36	2.023,36
1	59	135331 - MOTOCICLETA NXR 150 BROS MIX ES, PLACA MHK-4204, ANO/MODELO 2010/2010, RENAVAM 197818293	APOL	1	1.158,96	1.158,96
1	60	168188 - MOTOCICLETA HONDA CG125 TITTAN KS - PLACA MFW1170 - ANO/MODELO 2002/2003 - RENAVAM 795849826	APOL	1	1.149,14	1.149,14
1	61	121720 - MOTOCICLETA HONDA CG 125cc, TITAN KS, 2003/2003, PLACA MBS 8554, NP 315 - RENAVAM 805678867	APOL	1	1.149,14	1.149,14
1	62	135503 - MOTOCICLETA NXR 150 BROS KS, PLACA MEJ-1056, ANO/MODELO 2007/2007, RENAVAM 932362931	APOL	1	1.153,92	1.153,92
1	63	135505 - MOTOCICLETA NXR 150 BROS KS, PLACA MGL-0486, ANO/MODELO 2009/2009, RENAVAM 167827146	APOL	1	1.157,25	1.157,25
1	64	135490 - UTILITÁRIO KIA BONGO FRONTIER K2700II, PLACA MGL-1176, ANO/MODELO 2009/2009, RENAVAM 167836226	APOL	1	3.928,94	3.928,94
1	65	135491 - UTILITÁRIO KIA BONGO FRONTIER K2700II, PLACA MGL-1566, ANO/MODELO 2009/2009, RENAVAM 167852850	APOL	1	3.928,94	3.928,94
1	66	135323 - VEICULO KOMBI, PLACA MHB-2735, ANO/MODELO 2009/2010, RENAVAM 158361091	APOL	1	2.897,64	2.897,64
1	67	135479 - VEÍCULO GOL 1.6, PLACA MHA-9657, ANO/MODELO 2010/2011, RENAVAM 225133725	APOL	1	1.990,70	1.990,70
1	68	135512 - MOTOCICLETA XTZ 125-E , PLACA MHA-9507, ANO/MODELO 2010/2010, RENAVAM 225131315	APOL	1	1.363,67	1.363,67
1	69	135510 - MOTOCICLETA XTZ 125-E , PLACA MHA-1967, ANO/MODELO 2010/2010, RENAVAM 224974025	APOL	1	1.363,67	1.363,67
1	70	135494 - UTILITÁRIO KIA BONGO FRONTIER K2700II, PLACA MHH-4057, ANO/MODELO 2010/2011, RENAVAM 226724115	APOL	1	3.698,27	3.698,27
1	71	135496 - UTILITÁRIO KIA BONGO FRONTIER K2700II, PLACA MHH-4297, ANO/MODELO 2010/2011, RENAVAM 226731324	APOL	1	3.698,27	3.698,27
1	72	135495 - UTILITÁRIO KIA BONGO FRONTIER K2700II, PLACA MHH-4177, ANO/MODELO 2010/2011, RENAVAM 226730310	APOL	1	3.698,27	3.698,27
1	73	135492 - UTILITÁRIO KIA BONGO FRONTIER K2700II, PLACA MHH-3787, ANO/MODELO 2010/2011, RENAVAM 226723267	APOL	1	3.698,27	3.698,27
1	74	135504 - MOTOCICLETA XTZ 125-E, PLACA MGK-8608, ANO/MODELO 2010/2010, RENAVAM 233458379	APOL	1	1.363,67	1.363,67
1	75	135258 - VEICULO KIA BONGO FRONTIER K2700 II, PLACA MHH-4417, ANO/MODELO 2010/2011, RENAVAM 226733335	APOL	1	3.698,27	3.698,27
1	76	135259 - VEICULO KIA BONGO FRONTIER K2700 II, PLACA MHH-4497, ANO/MODELO 2010/2011, RENAVAM 226734560	APOL	1	3.698,27	3.698,27
1	77	135260 - VEICULO SAVEIRO 1.6 CS, PLACA MHO-7557, ANO/MODELO 2010/2011, RENAVAM 228465834	APOL	1	2.278,18	2.278,18
1	78	135332 - MOTOCICLETA NXR 150 BROS MIX ES, PLACA MHK-4234, ANO/MODELO 2010/2010, RENAVAM 197819400	APOL	1	1.158,96	1.158,96
1	79	135462 - VEÍCULO GOL 1.0 GIV, PLACA MIP-4212, ANO/MODELO 2011/2011, RENAVAM 316514926	APOL	1	1.990,67	1.990,67
1	80	135470 - VEÍCULO GOL 1.0 GIV, PLACA MIP-4662, ANO/MODELO 2011/2011, RENAVAM 316521400	APOL	1	1.990,70	1.990,70
1	81	135506 - MOTOCICLETA NXR 150 BROS KS, PLACA MIK-4213, ANO/MODELO 2011/2011, RENAVAM 327702605	APOL	1	1.160,70	1.160,70
1	82	135513 - MOTOCICLETA XTZ 125-E , PLACA MJM-0371, ANO/MODELO 2011/2012, RENAVAM 450557880	APOL	1	1.367,17	1.367,17
1	83	168189 - VEÍCULO GM S10 RODEIO - PLACA ATQ3B37 - ANO/MODELO: 2011/2011 - RENAVAM 284739839	APOL	1	2.644,21	2.644,21
1	84	135333 - MOTOCICLETA XTZ 250 TENERE, PLACA MKC-3355, ANO/MODELO 2012/2012, RENAVAM 482366710	APOL	1	1.367,17	1.367,17
1	85	135334 - MOTOCICLETA XTZ 250 TENERE, PLACA MKC-3395, ANO/MODELO 2012/2012, RENAVAM 482369809	APOL	1	1.367,17	1.367,17

Assinado por 1 pessoa: SAMARONI BENEDET
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://bc.1doc.com.br/verificacao/2CAE-6618-AE41-AED3> e informe o código 2CAE-6618-AE41-AED3

1	86	135336 - MOTOCICLETA XTZ 250 TENERE, PLACA MKC-3435, ANO/MODELO 2012/2012, RENAVAM 482374993	APOL	1	1.367,17	1.367,17
1	87	135337 - MOTOCICLETA XTZ 250 TENERE, PLACA MKC-3465, ANO/MODELO 2012/2012, RENAVAM 482377844	APOL	1	1.367,17	1.367,17
1	88	135338 - MOTOCICLETA XTZ 250 TENERE, PLACA MKC-3515, ANO/MODELO 2012/2012, RENAVAM 482384042	APOL	1	1.367,17	1.367,17
1	89	135401 - CAMINHONETE JUMPER ROTANA MB, PLACA MJZ-4725, ANO/MODELO 2012/2013, RENAVAM 479435863	APOL	1	3.319,57	3.319,57
1	90	135410 - VEÍCULO PALIO FIRE, PLACA MLS-5380, ANO/MODELO 2014/2015, RENAVAM 1031905445	APOL	1	2.055,20	2.055,20
1	91	135415 - VEÍCULO SPIN 1.8 AT LTZ, PLACA QHC-7793, ANO/MODELO 2015/2016, RENAVAM 1047666569	APOL	1	2.370,79	2.370,79
1	92	135416 - VEÍCULO SPIN 1.8 AT LTZ, PLACA QHC-7893, ANO/MODELO 2015/2016, RENAVAM 1047668936	APOL	1	2.370,79	2.370,79
1	93	135412 - VEÍCULO PALIO FIRE, PLACA QHY-7295, ANO/MODELO 2016/2016, RENAVAM 1090771760	APOL	1	2.067,65	2.067,65
1	94	135422 - VEÍCULO SPIN 1.8 MT LTZ, PLACA QIC-4135, ANO/MODELO 2016/2016, RENAVAM 1091721383	APOL	1	2.370,79	2.370,79
1	95	135295 - VEICULO ECOSPORT, PLACA QHX-8439, ANO/MODELO 2016/2017, RENAVAM 1104790669	APOL	1	2.227,82	2.227,82
1	96	135340 - MOTOCICLETA XTZ 250 TENERE, PLACA QIE-0830, ANO/MODELO 2016/2017, RENAVAM 1107112300	APOL	1	1.376,48	1.376,48
1	97	135343 - MOTOCICLETA XTZ 250 TENERE, PLACA QIE-1670, ANO/MODELO 2016/2017, RENAVAM 1107115881	APOL	1	1.376,48	1.376,48
1	98	135344 - MOTOCICLETA XTZ 250 TENERE, PLACA QIE-1760, ANO/MODELO 2016/2017, RENAVAM 1107116705	APOL	1	1.376,48	1.376,48
1	99	135345 - MOTOCICLETA XTZ 250 TENERE, PLACA QIE-1870, ANO/MODELO 2016/2017, RENAVAM 1107117230	APOL	1	1.376,48	1.376,48
1	100	135346 - MOTOCICLETA XTZ 250 TENERE, PLACA QIE-2050, ANO/MODELO 2016/2017, RENAVAM 1107117647	APOL	1	1.376,48	1.376,48
1	101	135287 - VEICULO DUSTER 16 D 4X2, PLACA QHD-5245, ANO/MODELO 2014/2014, RENAVAM 1015000026	APOL	1	2.357,09	2.357,09
1	102	135275 - VEICULO XTZ 250 TENERE, PLACA MLR-3977, ANO/MODELO 2014/2014, RENAVAM 1285148735	APOL	1	1.370,80	1.370,80
1	103	135359 - VEICULO ECOSPORT, PLACA QHX-8519, ANO/MODELO 2016/2017, RENAVAM 1104791398	APOL	1	2.161,15	2.161,15
1	104	135362 - VEICULO ECOSPORT, PLACA QHY-4359, ANO/MODELO 2016/2017, RENAVAM 1104921020	APOL	1	2.227,82	2.227,82
1	105	135261 - VEICULO CARGO 712, PLACA MHV-6788, ANO/MODELO 2010/2011, RENAVAM 256047537	APOL	1	3.777,93	3.777,93
1	106	135272 - VEICULO XTZ 250 TENERE, PLACA MLR-3597, ANO/MODELO 2014/2014, RENAVAM 1285141927	APOL	1	1.370,80	1.370,80
1	108	168291 - Seguro veicular HONDA Lead 110 - Placa MHL6246	APOL	1	1.158,96	1.158,96
1	109	168292 - Seguro veicular NISSAN GRAND LIVINA 1.85 - Placa: MJC6443	APOL	1	2.253,82	2.253,82
1	110	168738 - VEICULO DAILY 50C17 MINIBUS; PLACA QHW2149 Renavan: 1104462300 Chassi: 93ZL50C01G8468176 Ano/Modelo: 2016/2016	APOL	1	3.771,96	3.771,96
1	111	168739 - VEICULO ECOSPORT SE 1.6B; PLACA QHX8489 Renavan:1104791029; Chassi: 9BFZB55P0H8620726; Ano/Modelo: 2016/2017;	APOL	1	2.199,82	2.199,82
1	112	168740 - VEICULO ECOSPORT SE 1.6B; PLACA QHX8629 Renavan: 1104792459; Chassi: 9BFZB55P4H8620664; Ano/Modelo: 2016/2017	APOL	1	2.199,82	2.199,82
1	113	168741 - MOTOCICLETA XTZ150 CROSSER ED; PLACA QID1399 Renavan: 1106037542 Chassi: 9C6DG2510H0043727 Ano/Modelo: 2016/2017	APOL	1	1.319,15	1.319,15
1	114	168745 - VEIUCLO XTZ150 CROSSER ED; PLACA QID1629 Renavan: 1106039120 Chassi: 9C6DG2510H0043817 Ano/Modelo: 2016/2017	APOL	1	1.319,15	1.319,15
1	115	168746 - VEICULO XTZ150 CROSSER ED; PLACA QID1689 Renavan: 1106039944; Chassi: 9C6DG2510H0042172 Ano/Modelo: 2016/2017	APOL	1	1.319,15	1.319,15
1	116	168742 - VEICULO XTZ150 CROSSER ED; PLACA QID1799 Renavan: 1106041329 Chassi:9C6DG2510H0043803	APOL	1	1.319,15	1.319,15

Assinado por 1 pessoa: SAMARONI BENEDET
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://bc.1doc.com.br/verificacao/2CAE-6618-AE41-AED3> e informe o código 2CAE-6618-AE41-AED3

		Ano/Modelo: 2016/2017				
1	117	168743 - VEICULO XTZ250 LANDER; PLACA QIR1301 Renavan: 1116465660 Chassi: 9C6KG0380H0007044 Ano/modelo: 2016/2017	APOL	1	1.319,15	1.319,15
1	118	168744 - VEICULO XTZ250 LANDER; PLACA QIR1091 Renavan: 1114868504 Chassi: 9C6KG0380H0007048 Ano/Modelo: 2016/2017	APOL	1	1.319,15	1.319,15
1	119	2513 - TRATOR RODAS/TOBATA - ANO/MODELO 1978/1978 - NP 153 - PLACA MIA1783 - RENAVAL 548277273	APOL	1	2.679,74	2.679,74
1	120	135325 - VEICULO PALIO FIRE, PLACA OKE-5364, ANO/MODELO 2014/2014, RENAVAL 1006459143	APOL	1	2.043,25	2.043,25
1	121	135326 - VEICULO FIORINO FLEX, PLACA PUX-6266, ANO/MODELO 2014/2015, RENAVAL 1023672992	APOL	1	2.440,65	2.440,65
1	122	168432 - VEÍCULO FIAT FIORINO ENDURANCE - PLACA RYE1E85 - ANO 2023/2024 - RENAVAL 01355052774	APOL	1	4.868,70	4.868,70
1	123	168294 - MOTOCICLETA YAMAHA XTZ 250 LANDER , PLACA RLF0D51, ANO/MODELO 2020/2021, RENAVAL 1257498018	APOL	1	1.988,63	1.988,63
1	124	135391 - VEICULO DOBLO HLX 1.8, PLACA MGP-7389, ANO/MODELO 2008/2009, RENAVAL 125206720	APOL	1	2.325,51	2.325,51
1	125	135408 - VEÍCULO PARATI 1.6 TITAN, PLACA MIJ-7719, ANO/MODELO 2010/2011, RENAVAL 26630590	APOL	1	1.990,70	1.990,70
1	126	135404 - VEÍCULO UNO 1.0, PLACA MKR-5386, ANO/MODELO 2012/2013, RENAVAL 489000673	APOL	1	2.031,79	2.031,79
1	127	135406 - VEÍCULO UNO VIVACE 1.0, PLACA OKE-0674, ANO/MODELO 2014/2014, RENAVAL 1006390526	APOL	1	2.043,25	2.043,25
1	128	135407 - VEÍCULO UNO VIVACE 1.0, PLACA OKE-0714, ANO/MODELO 2014/2014, RENAVAL 1006391468	APOL	1	2.043,25	2.043,25
1	129	135396 - VEICULO DOBLO ATTRACTIV 1.4, PLACA MLZ- 0285, ANO/MODELO 2014/2014, RENAVAL 1009509877	APOL	1	2.403,04	2.403,04
1	130	135402 - CAMINHONETE JUMPER ROTANA MB, PLACA QHP-7051, ANO/MODELO 2014/2014, RENAVAL 1061756812	APOL	1	3.172,47	3.172,47
1	131	135419 - VEICULO FIAT STRADA, PLACA QHN-2894, ANO/MODELO 2015/2016, RENAVAL 1054313811	APOL	1	2.514,02	2.514,02
1	132	135414 - VEÍCULO PALIO FIRE, PLACA QHY-7335, ANO/MODELO 2016/2016, RENAVAL 1090772952	APOL	1	2.067,65	2.067,65
1	133	135421 - VEÍCULO SPIN 1.8 MT LTZ, PLACA QIC-2195, ANO/MODELO 2016/2016, RENAVAL 1091701013	APOL	1	2.370,79	2.370,79
1	134	135420 - VEICULO SAVEIRO TL MBVD, PLACA QHS-3736, ANO/MODELO 2016/2017, RENAVAL 1092513717	APOL	1	2.536,06	2.536,06
1	135	135403 - MICRO ONIBUS RENAULT MASTER TCA AMB , PLACA QIV-5204, ANO/MODELO 2018/2019, RENAVAL 1153071204	APOL	1	2.911,94	2.911,94
1	136	168265 - VEÍCULO RENAULT MASTER TCA AMBULÂNCIA - PLACA QJY2001 - ANO/MODELO 2018/2019 - RENAVAL 1180257372	APOL	1	2.911,94	2.911,94
1	137	168266 - VEÍCULO MERCEDES BENZ SPRINTER REV AMB - PLACA RAI8C46 - ANO/MODELO 2019/2019 - RENAVAL 1220491664	APOL	1	2.911,94	2.911,94
1	138	168267 - VEÍCULO MERCEDES BENZ 416 CM A AMB - PLACA RLF0H29 - ANO/MODELO 2021/2022 - RENAVAL 1280569643	APOL	1	2.937,42	2.937,42
1	139	168268 - VEÍCULO RENAULT MASTER ALTER AM2 AMB - PLACA RXP5A68 - ANO/MODELO 2021/2021 - RENAVAL 1280455044	APOL	1	2.928,78	2.928,78
1	140	168747 - VEICULO ECOSPORT SE 1.6B, PLACA QHX8D99 Renavan: 1104790138 Ano/Modelo: 2016/2017 Chassi 9BFZB55P9H8620644	APOL	1	2.199,82	2.199,82
1	141	168748 - VEICULO XTZ 250 TÊNÉRÉ; PLACA MLR6257 Renavan: 1285150063 Chassi: 9C6KG450E0030120 Ano/Modelo: 2014/2014	APOL	1	1.313,47	1.313,47
1	142	168749 - VOYAGE 1.6 CONFORTLINE, PLACA MJV9675 Renavan: 478305419 Chassi: 9BWAA05W8DP052008 Ano/Modelo: 2012/2013	APOL	1	1.984,29	1.984,29
1	143	168750 - VEICULO OROCH OUTSIDE13C; PLACA RYV9J68	APOL	1	2.396,55	2.396,55

Assinado por 1 pessoa: SAMARONI BENEDET
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://bc.1doc.com.br/verificacao/2CAE-6618-AE41-AED3> e informe o código 2CAE-6618-AE41-AED3

		Renavan:1372285048 Chassi: 93Y9SR5ZSRJ819275 Ano/Modelo: 2023/2024				
1	144	135353 - VEICULO SAVEIRO, PLACA QHR-6989, ANO/MODELO 2016/2017, RENAVAM 1103486168	APOL	1	2.356,81	2.356,81
1	145	135355 - VEICULO SAVEIRO, PLACA QHR-7029, ANO/MODELO 2016/2017, RENAVAM 1103487431	APOL	1	2.356,81	2.356,81
1	146	135357 - VEICULO CAMINHONETE DAILY 70C 17HDCD, PLACA QHX-5329, ANO/MODELO 2016/2017, RENAVAM 1104674715	APOL	1	3.882,63	3.882,63
1	147	135356 - VEICULO M. BENS 415 CDI - SPRINTER MB, PLACA QHX-2349, ANO/MODELO 2016/2017, RENAVAM 1104645383	APOL	1	3.403,41	3.403,41
1	148	135349 - MOTOCICLETA XTZ 150 CROSSER ED, PLACA QID-1889, ANO/MODELO 2016/2017, RENAVAM 1106043160	APOL	1	1.376,48	1.376,48
1	149	135350 - MOTOCICLETA XTZ 150 CROSSER ED, PLACA QID-2069, ANO/MODELO 2016/2017, RENAVAM 1106043720	APOL	1	1.376,48	1.376,48
1	150	135352 - MOTOCICLETA XTZ 150 CROSSER ED, PLACA QID.2159, ANO/MODELO 2016/2017, RENAVAM 1106044212	APOL	1	1.376,48	1.376,48
1	151	135347 - MOTOCICLETA XTZ 150 CROSSER ED, PLACA QIC-9679, ANO/MODELO 2016/2017, RENAVAM 1106042260	APOL	1	1.376,48	1.376,48
1	152	135318 - VEICULO PRISMA, PLACA MHK-2292, ANO/MODELO 2007/2007, RENAVAM 917029895 CHASSI 9BGRM69807G258046	APOL	1	2.015,77	2.015,77
1	153	135317 - VEICULO SPIN 1.8 AT LTZ, PLACA OKF-9235, ANO/MODELO 2014/2014, RENAVAM 1012326990 CHASSI 9BGJC75Z0EB281583	APOL	1	2.334,29	2.334,29
1	164	135268 - VEICULO XTZ 250 TENERE, PLACA MLR-3317, ANO/MODELO 2014/2014, RENAVAM 1285137490	APOL	1	1.370,80	1.370,80
1	197	135292 - VEICULO SAVEIRO, PLACA QHR-7149, ANO/MODELO 2016/17, RENAVAM 1103491285	APOL	1	2.356,81	2.356,81
1	Valor total do lote					342.703,17
2	107	135252 - VEÍCULO MA7.5 NEOBUS TBOY, PLACA MCP-5071, ANO/MODELO 2002/203 - RENAVAM 797239170	APOL	1	3.768,57	3.768,57
2	154	150495 - MICRO-ÔNIBUS VW NEOBUS THUNDER FR, PLACA REM-4H29, ANO/MODELO 2021/2022, RENAVAM 1263811130	APOL	1	8.913,80	8.913,80
2	155	150499 - MICRO-ÔNIBUS VW NEOBUS THUNDER FR, PLACA REM-4H38, ANO/MODELO 2021/2022, RENAVAM 1263811601	APOL	1	8.913,80	8.913,80
2	156	168196 - VEÍCULO M. BENZ 517 SPRINTER A4 - PLACA RYZ8H05 - ANO/MODELO 2024/2025 - RENAVAM 1385891413	APOL	1	8.990,98	8.990,98
2	157	66466 - MICRO ONIBUS VW/COMIL BELLO - PLACA MCC 0881 - ANO/MODELO 2001/2002 - RENAVAM 775094358	APOL	1	7.692,73	7.692,73
2	158	168197 - VOLKSWAGEN NEBUS - PLACA PBN8405 - ANO/MODELO 2018/2019 - RENAVAM 1173806625	APOL	1	9.118,39	9.118,39
2	159	135549 - MICRO ONIBUS MARCOPOLO/VOLARE W-L ON, PLACA QIY-2663, ANO/MODELO 2018/2018, RENAVAM 1150883950, CONFORME EXIGÊNCIA DETER.	APOL	1	9.964,30	9.964,30
2	160	150048 - ONIBUS MARCOPOLO/VOLARE W-L ON - PLACA RKY 7E96, ANO/MOD 21/21 RENAVAM 1270713148	APOL	1	9.711,12	9.711,12
2	161	135546 - MICRO ONIBUS MARCOPOLO VOLARE A8 (35 PASSAGEIROS), PLACA MCN-6193, ANO/MODELO 2004/2004, RENAVAM 830417834, CONFORME EXIGÊNCIA DETER.	APOL	1	7.745,90	7.745,90
2	162	66487 - ÔNIBUS URBANO AGRAL MASCARELO - ANO/MODELO 2011/2012 - PLACA MKM 3041 - RENAVAM 458520420	APOL	1	10.145,09	10.145,09
2	163	168272 - VEÍCULO MERCEDES BENZ SPRINTER - PLACA QHY1650 - ANO/MODELO 2015/2016 - RENAVAM 1076861633	APOL	1	3.682,40	3.682,40
2	165	135315 - VEÍCULO DOBLO ATTRACTIV 1.4, PLACA QHC-3339, ANO/MODELO 2015/2016, RENAVAM 1068901400, CONFORME EXIGÊNCIA DETER.	APOL	1	2.420,85	2.420,85
2	166	135313 - MICROÔNIBUS AGRAL/VOLARE - W8 (29	APOL	1	9.629,76	9.629,76

Assinado por 1 pessoa: SAMARONI BENEDET
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://bc.1doc.com.br/verificacao/2CAE-6618-AE41-AED3> e informe o código 2CAE-6618-AE41-AED3

		PASSAGEIROS), PLACA MGP-5509, ANO/MODELO 2008/2009, RENAVAL 122837665, CONFORME EXIGÊNCIA DETER.				
2	167	135314 - VOLVO / MASCA ROMA ÔNIBUS (47 PASSAGEIROS), PLACA MKE-5486, ANO/MODELO 2012/2012, RENAVAL 486070921, CONFORME EXIGÊNCIA DETER.	APOL	1	10.211,76	10.211,76
2	168	135316 - PEUGEOT BOXER MINIBUS 2.3 TB (16 PASSAGEIROS), PLACA QHL-7916, ANO/MODELO 2015/2015, RENAVAL 1061813891, CONFORME EXIGÊNCIA DETER.	APOL	1	9.048,99	9.048,99
2	Valor total do lote					119.958,44
3	169	168273 - VEÍCULO MOTONIVELADORA DRESSER - PLACA MBT0913 - ANO/MODELO 1994/1994 - RENAVAL 540132950	APOL	1	2.723,90	2.723,90
3	170	135448 - RETROESCAVADEIRA - CASE 580-L, PLACA MAI-9901, ANO/MODELO 2006/2006, RENAVAL 540192007	APOL	1	2.689,68	2.689,68
3	171	135446 - RETROESCAVADEIRA NH MOD LB110 T4x4, PLACA MHJ-2825, ANO/MODELO 2009/2009, RENAVAL 169844463	APOL	1	3.098,17	3.098,17
3	172	135445 - RETROESCAVADEIRA NH MOD LB110 T4x4, PLACA MHJ-2665, ANO/MODELO 2009/2009, RENAVAL 169843939	APOL	1	3.098,17	3.098,17
3	173	135450 - MOTONIVELADORA RG140.B CABINE E AR, PLACA MHJ-2965, ANO/MODELO 2009/2009, RENAVAL 169842991	APOL	1	2.723,90	2.723,90
3	174	135451 - ESCAVADEIRA HID. MOD E2158 LC, PLACA MHJ-2995, ANO/MODELO 2009/2009, RENAVAL 169843700	APOL	1	3.098,17	3.098,17
3	175	121541 - TRATOR AGRÍCOLA JOHN DEERE 4302 - PLACA JD 5403-6 NP T006	APOL	1	2.696,60	2.696,60
3	176	121542 - TRATOR AGRÍCOLA JOHN DEERE 4302 - PLACA JD5403-7 - NP T007	APOL	1	2.696,60	2.696,60
3	177	36211 - RETROESCAVADEIRA NH - CHASSI HBZN8908KCAH04153	APOL	1	2.707,45	2.707,45
3	178	36209 - RETROESCAVADEIRA NH - CHASSI HBZN8908KCAH04076	APOL	1	2.707,45	2.707,45
3	179	168274 - NEW HOLLAND MINI PÁ CARREGADEIRA	APOL	1	2.700,16	2.700,16
3	Valor total do lote					30.940,25
4	180	121734 - ÔNIBUS MERCEDES-BENS OF 113, BIBLIOTECA, 1986/1987, PLACA LZM 6823, NP 325	APOL	1	7.907,39	7.907,39
4	181	121738 - ÔNIBUS URBANO VOLKSWAGEN COMIL SVELTO ESCOLAR 17.210, 53 PASSAGEIROS, 2001/2002, PLACA MBZ 6871, NP 257	APOL	1	7.482,63	7.482,63
4	182	121742 - ÔNIBUS VW MARCOPOLLO VOLARE V8- ON 28 PASSAGEIROS, 2011/2011, PLACA MMB 3019, NP 1119	APOL	1	9.195,09	9.195,09
4	183	121736 - MICROÔNIBUS PEUGEOT BOXER M 350 LH 2.3 16 PASSAGEIROS, 2014/2015, PLACA QHC 8471, NP 1433	APOL	1	7.698,99	7.698,99
4	184	121746 - ÔNIBUS MERCEDES BENS OF 1519 R.ORE 57 PASSAGEIROS, 2014/2015, PLACA QHI 8201, NP1435	APOL	1	10.541,42	10.541,42
4	185	121747 - ÔNIBUS MERCEDES BENS TR ESCOLAR OF1519 R. ORE 57 PASSAGEIROS, 2016/2017, PLACA QIH 8350, NP 1662	APOL	1	10.680,08	10.680,08
4	186	155269 - VW NEOBUS MINI ESC PLACA QTK1394 VW NEOBUS MINI ESC PLACA QTK1394	APOL	1	9.614,30	9.614,30
4	187	121744 - ÔNIBUS URBANO IVECO CITY CLASS 70C17 24 PASSAGEIROS, 2014/2015, PLACA QHD 7534, 1428	APOL	1	8.070,98	8.070,98
4	Valor total do lote					71.190,88
5	188	121719 - MOTOCICLETA HONDA CARGO CG 125cc, 1997/1998, PLACA AHN 0630, NP 191.	APOL	1	1.965,00	1.965,00
5	189	121732 - CAMINHÃO CARROCERIA FECHADA VOLKSWAGEN 8-120, 2001/2001, PLACA MCF 4519, NP 248	APOL	1	4.717,68	4.717,68
5	190	121733 - CAMINHÃO CARROCERIA FECHADA 8-120, 2001/2002, PLACA 0401, NP 258	APOL	1	4.720,64	4.720,64
5	191	135497 - VEÍCULO GOL 1.0, PLACA MGN-8181, ANO/MODELO 2007/2008, RENAVAL 949053759	APOL	1	3.047,20	3.047,20

Assinado por 1 pessoa: SAMARONI BENEDET
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://bc.1doc.com.br/verificacao/2CAE-6618-AE41-AED3> e informe o código 2CAE-6618-AE41-AED3

5	192	121717 - MOTOCICLETA YAMAHA FAZER Y 5150, 2015, PLACA QHH5996, NP.1507	APOL	1	2.322,66	2.322,66
5	193	121718 - MOTOCICLETA YAMAHA FAZER Y 5150, 2015, PLACA QHH6076, NP 1508	APOL	1	2.322,66	2.322,66
5	194	121727 - SANDERO RENAULT EXPR 1.0, 2015/2016, PLACA 2927, NP 1509	APOL	1	3.398,16	3.398,16
5	195	121728 - SANDERO RENAULT EXPR 1.0, 2015/2016, PLACA QHJ 2947, NP 1510	APOL	1	3.398,16	3.398,16
5	196	162613 - FORD ECOSPORT SE 1.6B - 2016/2017 PLACA KHX 8589	UNIDADE	1	4.411,15	4.411,15
5	Valor total do lote					30.303,31
Total Geral						595.096,05

Nota 1: Quaisquer divergências existentes entre a descrição do objeto deste Edital e o descritivo do objeto disposto no site www.gov.br/compras, prevalecerá a descrição deste Edital.

Indicação de Recursos Orçamentários / Dotação:

108 - 5 . 33001 . 13 . 122 . 1919 . 2.150 . 0 . 339000 Aplicações Diretas
508 - 1 . 3005 . 4 . 122 . 1902 . 2.24 . 0 . 339000 Aplicações Diretas
203 - 1 . 12002 . 6 . 181 . 1908 . 2.100 . 0 . 339000 Aplicações Diretas
249 - 9 . 22001 . 18 . 541 . 1916 . 2.169 . 0 . 339000 Aplicações Diretas
679 - 1 . 13001 . 8 . 241 . 1909 . 2.106 . 0 . 339000 Aplicações Diretas
133 - 1 . 5001 . 12 . 122 . 1905 . 2.35 . 0 . 339000 Aplicações Diretas
357 - 4 . 20001 . 10 . 122 . 1914 . 2.133 . 0 . 339000 Aplicações Diretas
771 - 17 . 36001 . 6 . 181 . 1906 . 2.203 . 0 . 339000 Aplicações Diretas
690 - 7 . 30001 . 4 . 122 . 1920 . 2.159 . 0 . 339000 Aplicações Diretas
223 - 13 . 25001 . 23 . 695 . 1911 . 2.180 . 0 . 339000 Aplicações Diretas

ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA FINANCEIRA

Prezado Pregoeiro,

Ref.: Licitação Nº /2024 - Carta-Proposta.

Apresentamos nossa “Carta Proposta” (assinada), para fornecimento do objeto do edital, com todas as despesas inclusas.

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE:

Empresa:
CNPJ:
Endereço:
Pessoa para contatos:
Fone:
E-mail:
Domicílio bancário:
Banco:
Agência:
Conta Corrente:

2. CONDIÇÕES GERAIS

2.1. A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório, estar ciente de que, neste ato, deverá estar regular perante a Seguridade Social (INSS) e FGTS, obrigações sociais e trabalhistas, bem assim, atender a todas as demais exigências de habilitação que regem a presente licitação e seus anexos integrantes, mantendo todas as condições até o final de vigência contratual.

2.2. No valor indicado na tabela abaixo estão incluídos todos os benefícios e os custos diretos e indiretos que forem exigidos para execução do objeto, assim entendido, não só as despesas diretas, pagamento da mão de obra, como também, as despesas indiretas, dentre elas: transporte, despesas financeiras, armazenagem, tributos, serviços de terceiros, contribuições devidas à Previdência Social, encargos sociais e trabalhistas; impostos, taxas e emolumentos incidentes sobre a execução do serviço, ou outras despesas, quaisquer que sejam às suas naturezas.

Lote	Item	Descrição	Unid. medida	Qtde	Franquia	Coberturas	Prêmios	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
***	****	***	***	***	***	****	*****	***	***

2.3. Declaro conhecer a legislação de regência desta licitação e que os serão executados de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, que conhecemos e aceitamos em todos os seus termos.

2.4. Declaro, também, que nenhum direito a indenização ou a reembolso de quaisquer despesas nos será devido, caso a nossa proposta não seja aceita pela Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú, seja qual for o motivo.

2.5. O prazo de validade desta proposta é de 90 (noventa) dias corridos, contados da negociação com o pregoeiro (proposta atualizada).

2.6. O prazo de entrega das apólices será em até 10 (dez) dias, a contar do recebimento da Autorização de Fornecimento e assinatura do Contrato.

2.7. Desde já nos declaramos cientes de que o Município Contratante procederá à retenção de impostos nas hipóteses previstas em lei, caso pertinente.

2.8. Desde já, declaro pleno conhecimento e concordância com todas as exigibilidades do Edital e seus Anexos.

Local (...), data (...).

(Assinatura do responsável pela proposta e carimbo da empresa)

NOTA: Recomenda-se o emprego de papel timbrado do licitante.

ANEXO III - DECLARAÇÃO DE NÃO PARENTESCO

NOME DO LICITANTE: (...) ENDEREÇO COMPLETO: (...) TELEFONE: (...)
E-MAIL: (...)

O (NOME DO LICITANTE), CNPJ/CPF nº (...), com sede na (ENDEREÇO COMPLETO), por intermédio de seu representante legal, (NOME DO REPRESENTANTE LEGAL), inscrito no CPF sob o nº (...), DECLARA:

1. Não possuir proprietário, sócio ou empregado que seja servidor ou agente político do órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação;

2. Não possuir proprietário ou sócio que seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, e por afinidade, até o segundo grau, de agente político do órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

Por fim, DECLARA estar ciente de que a declaração falsa a sujeitará à declaração de inidoneidade, sem prejuízo das demais cominações legais.

Por fim, DECLARA que comunicará qualquer ocorrência posterior que modifique as declarações aqui prestadas, ciente de que a não comunicação a sujeitará à declaração de inidoneidade, sem prejuízo das demais cominações legais.

Local (...), data (...).

NOME DO REPRESENTANTE NOME DO LICITANTE

NOTA: Recomenda-se o emprego de papel timbrado do licitante.

ANEXO IV – TERMO DE ANUÊNCIA PARA CITAÇÃO E INTIMAÇÃO POR MEIO ELETRÔNICO

NOME DO LICITANTE: (...) ENDEREÇO COMPLETO: (...) TELEFONE: (...)
E-MAIL: (...)

(NOME DO LICITANTE), CPF/CNPJ nº (...), com sede na (ENDEREÇO COMPLETO), por intermédio de seu representante legal, (NOME DO REPRESENTANTE LEGAL), inscrito no CPF sob o nº (...), DECLARA:

1. Que autoriza e concorda com o recebimento das citações e intimações exclusivamente por meio eletrônico em eventual processo administrativo de apuração de responsabilidade e penalização pela prática de atos irregulares em processos licitatórios, contratos administrativos ou documento de vínculo obrigacional para com o Município de Balneário Camboriú.
2. Estar ciente de que todos os atos processuais serão digitais e em formato eletrônico, por meio da plataforma 1Doc ou de nova plataforma eletrônica que venha a substituí-la.
3. Estar ciente de que as citações e intimações serão consideradas como válidas no momento em que a plataforma registrar o recebimento e a leitura do e-mail.
4. Manter sempre atualizados os seus dados cadastrais, incluindo a alteração do endereço eletrônico informado quando da licitação.

Local (...), data (...).

NOME DO REPRESENTANTE NOME DO LICITANTE

NOTA: Recomenda-se o emprego de papel timbrado do licitante.

ANEXO V – MINUTA DE CONTRATO

Objeto....

Aos ** dias do ***** de ****, o **MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.285/0001-07, situada na rua Dinamarca, nº 320, bairro das Nações, CEP 88.338-900, representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal, Sr. *****, nomeado pela Portaria nº **./**./****, inscrito no CPF nº **./**./**-, doravante denominado **CONTRATANTE** ou **MUNICÍPIO**, e a empresa *****, inscrita no CNPJ sob o nº **./**./**-, situada na rua *****, nº ****, bairro *****, CEP **./**.-****, Cidade, Estado, representada neste ato pelo seu representante legal, *****, inscrito no CPF nº **./**./**-, doravante denominada **CONTRATADA**, ajustam e convencionam as obrigações e compromissos recíprocos que assumem, em observância às disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente instrumento contratual, decorrente do Pregão Eletrônico nº **./****- ****, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO E FORMA DE EXECUÇÃO

1.1. O objeto do presente

Lote	Item	Descrição	Unid. medida	Qtde	Franquia	Coberturas	Prêmios	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
***	****	***	***	***	***	****	*****	***	***

1.2. Integram e completam o presente contrato como se transcritos estivessem obrigando as partes em todos os seus termos, o Edital, Termo de Referência e demais documentos que integram o processo licitatório de origem e a proposta declarada vencedora.

1.3. Os serviços objeto deste termo de contrato serão executados sob a forma de execução indireta, em regime de execução de **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**.

CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados do recebimento da Autorização de Fornecimento e da assinatura do presente instrumento contratual, na forma do art. 105 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA - GESTÃO CONTRATUAL

3.1. Os gestores e os fiscais de contratos e os respectivos substitutos serão representantes da Administração designados pela autoridade máxima do órgão ou da entidade, ou por quem as normas de organização administrativa indicarem, para exercer as funções estabelecidas no arts. 20 ao 24 do Decreto Municipal nº 11.210/2023, observados ainda os requisitos estabelecidos no art. 10º da mesma norma.

3.2. Os fiscais de contratos poderão ser assistidos e subsidiados por terceiros contratados pela administração, observado o disposto no art. 26 do Decreto Municipal nº 11.210/2023.

3.3. As atividades de gestão e de fiscalização dos contratos deverão ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática e exercidas por agentes públicos, por equipe de fiscalização ou por

agente público único, assegurada a distinção das atividades.

3.4. Caberá ao gestor do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

3.4.1. Coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa e setorial, de que tratam os incisos II, III e IV do art. 20 do Decreto Municipal nº 11.210/2023.

3.4.2. Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência.

3.4.3. Acompanhar a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

3.4.4. Coordenar a rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, e elaborar relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

3.4.5. Coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de que trata o inciso I do art. 20 do Decreto Municipal nº 11.210/2023.

3.4.6. Elaborar o relatório final de que trata a alínea "d" inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei Federal nº 14.133/2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato;

3.4.7. Coordenar a atualização contínua do relatório de riscos durante a gestão do contrato, com apoio dos fiscais técnico, administrativo e setorial.

3.4.8. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, a constarem do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações conforme disposto em regulamento.

3.4.9. Realizar o recebimento definitivo do objeto do contrato referido no art. 25 do Decreto Municipal nº 11.210/2023, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais; e

3.4.10. Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei Federal nº 14.133/2021 ou pelo agente ou pelo setor competente para tal, conforme o caso.

3.5. Caberá ao fiscal técnico do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

3.5.1. Prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato com informações pertinentes às suas competências.

3.5.2. Anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

3.5.3. Emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção.

3.5.4. Informar ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem a sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

3.5.5. Comunicar imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas.

3.5.6. Fiscalizar a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar ao gestor de contrato para ratificação.

3.5.7. Comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual;

3.5.8. Participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com o fiscal administrativo e com o setorial, conforme o disposto no inciso VII do art. 21 do Decreto Municipal nº 11.210/2023.

3.5.9. Auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, conforme o disposto no inciso VIII do art. 21 do Decreto Municipal nº 11.210/2023.

3.5.10. Realizar o recebimento provisório do objeto do contrato referido no art. 25 do Decreto Municipal nº 11.210/2023, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

3.6. Caberá ao fiscal administrativo do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

3.6.1. Prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, com a realização das tarefas relacionadas ao controle dos prazos relacionados ao contrato e à formalização de apostilamentos e de termos aditivos, ao acompanhamento do empenho e do pagamento e ao acompanhamento de garantias e glosas.

3.6.2. Verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, com a solicitação dos documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

3.6.3. Examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscais, trabalhistas e previdenciárias.

3.6.4. Atuar tempestivamente na solução de eventuais problemas relacionados ao descumprimento das obrigações contratuais e reportar ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

3.6.5. Participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com o fiscal técnico e com o setorial, conforme o disposto no inciso VII do art. 21 do Decreto Municipal nº 11.210/2023.

3.6.6. Auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, conforme o disposto no inciso VIII do art. 20 do Decreto Municipal nº 11.210/2023.

3.6.7. Realizar o recebimento provisório do objeto do contrato referido no art. 25 do Decreto Municipal nº 11.210/2023, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

3.7. Caberá ao fiscal setorial do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto exercer as atribuições de que tratam o art. 22 e o art. 23 do Decreto Municipal nº 11.210/2023.

CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$ ***** (*****).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento será de até 10 (dez) dias úteis da entrega dos serviços (apólices) e nota fiscal atestada pelo fiscal do contrato.

6.2. O Município de Balneário Camboriú, em cumprimento ao Tema de Repercussão Geral nº 1.130 do Supremo Tribunal Federal (STF), irá ampliar as hipóteses de retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) incidentes no pagamento de mercadorias e serviços, de acordo com o disposto na Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012.

CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE

7.1. Os valores ajustados neste contrato poderão ser reajustados, mediante a aplicação ao IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) realizado pelo IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) ou outro que venha substituí-lo, desde que seja observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses contado da apresentação da proposta comercial apresentada.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos.

- 8.2.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.
- 8.3.** Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.
- 8.4.** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO.
- 8.5.** Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente contrato e no Termo de Referência.
- 8.6.** Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste contrato.
- 8.7.** Cientificar o Secretário de Compras para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO.
- 8.8.** Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.9.** Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO.
- 8.10.** Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 8.11.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 9.1.** Entregar os produtos/serviços em até *****, a contar da assinatura do contrato e recebimento da Autorização de Fornecimento.
- 9.2.** O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.
- 9.3.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990).
- 9.4.** Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
- 9.5.** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137 inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.

9.8. O CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a nota fiscal para fins de pagamento a Certidão Negativa (ou Positiva com Efeito de Negativa) de Débitos Federais; Certidão Negativa (ou Positiva com Efeito de Negativa) de Débitos Estaduais ou Distritais do domicílio ou sede do CONTRATADO; Certidão Negativa (ou Positiva com Efeito de Negativa) de Débitos Municipais do domicílio ou sede do CONTRATADO; Certidão de Regularidade do FGTS; e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato.

9.10. Comunicar ao fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.11. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.

9.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116 da Lei Federal nº 14.133/2021).

9.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

9.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124 inciso II alínea “d” da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE.

9.17. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

9.18. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei Federal nº 13.709/2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato.

9.19. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.20. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.21. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

CLÁUSULA DÉCIMA - GARANTIA

10.1. As produtos terão garantia mínima de *****, contados do recebimento, acompanhado pela nota fiscal e aprovação do fiscal do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, o CONTRATADO que:

11.1.1. Der causa à inexecução parcial do contrato.

11.1.2. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

11.1.3. Der causa à inexecução total do contrato.

11.1.4. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado.

11.1.5. Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato.

11.1.6. Praticar ato fraudulento na execução do contrato.

11.1.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.

11.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/2013.

11.2. Serão aplicadas ao CONTRATADO que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

11.2.1. Advertência, quando o CONTRATADO der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156 §2º da Lei Federal nº 14.133/2021).

11.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156 § 4º da Lei Federal nº 14.133/2021).

11.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, bem como nos subitens 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156 §5º da Lei Federal nº 14.133/2021).

11.2.4. Os percentuais de multas a serem aplicadas seguirão o disposto no item 8 do edital.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE (art. 156 §9º da Lei Federal nº 14.133/2021).

11.3.1. Todas as sanções previstas neste contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156 §7º da Lei Federal nº 14.133/2021).

11.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 da Lei Federal nº 14.133/2021).

11.3.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de ** (*****) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao CONTRATADO, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158 da Lei Federal nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156 §1º da Lei Federal nº 14.133/2021):

11.5.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

11.5.2. As peculiaridades do caso concreto.

11.5.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes.

11.5.4. Os danos que dela provierem para o CONTRATANTE.

11.5.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente (art. 159 da Lei Federal nº 14.133/2021).

11.7. A personalidade jurídica do CONTRATADO poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de

fato ou de direito, com o CONTRATADO, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei Federal nº 14.133/2021).

11.8. O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Municipal (art. 161 da Lei Federal nº 14.133/2021).

11.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei Federal nº 14.133/2021.

11.10. Os débitos do CONTRATADO para com a Administração CONTRATANTE, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o CONTRATADO possua com o mesmo órgão ora CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no subitem anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:

12.2.1.1. Ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas.

12.2.1.2. Poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os arts. 138 e 139 da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica CONTRATADA, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos.

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos.

12.4.3. Indenizações e multas.

12.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório, nos termos do art. 131 *caput* da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.6. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade CONTRATANTE ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, vide art. 14 inciso IV da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento municipal deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

13.1.1. Gestão/Unidade:

13.1.2. Fonte de Recursos:

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 8.078/1990, e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021.

15.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da Assessoria Jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de

justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei Federal nº 14.133/2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como no respectivo sítio oficial do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - FORO

17.1. Fica eleito o foro da Cidade de Balneário Camboriú para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste instrumento contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92 § 1º da Lei Federal nº 14.133/2021.

Balneário Camboriú, ** de ***** de ****.



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 2CAE-6618-AE41-AED3

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



SAMARONI BENEDET (CPF 032.XXX.XXX-47) em 02/10/2024 14:48:32 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: AC FCDL SC v5 << AC SOLUTI v5 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://bc.1doc.com.br/verificacao/2CAE-6618-AE41-AED3>